



Assembleia de Freguesia de Alvoco das Várzeas

CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL · MANDATO 2025-2029

ACTA N.º 4/2026

Sessão Ordinária de 27 de Junho de 2026

DATA	INÍCIO	ENCERRAMENTO	LOCAL
27.06.2026	17h04	19h31	Espaço Cooperativa Cowork @Aldeias de Montanha, Alvoco das Várzeas

Aos vinte e sete dias do mês de Junho de dois mil e vinte e seis (27/06/2026), pelas 17 horas e 04 minutos, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia de Freguesia de Alvoco das Várzeas, no Espaço Cooperativa Cowork @Aldeias de Montanha, sito na Rua da Igreja, n.º 12, 3400-315 Alvoco das Várzeas, sob a presidência de João Miguel Pais, Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, secretariada por Emanuel Gouveia Bento, 1.º Secretário, e Sandra Silva, 2.ª Secretária.

Verificada a existência de quórum legal, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão, tendo dado as boas-vindas à cidadã Cristina Ferreira, presente em substituição do membro Luís Antero (PS).

1. Presenças

Estiveram presentes os membros da Assembleia de Freguesia, designadamente:

Luís Pereira (PSD); Sara Santos (PSD); Sandra Silva (PSD);
Cristina Ferreira (PS), em substituição de Luís Antero (PS); Maria de Lurdes Correia (PS);
João Miguel Pais (UPA); Emanuel Gouveia Bento (UPA).

Esteve igualmente presente o Executivo da Junta de Freguesia, composto por:

Cátia Alves (PSD);
José Ferreira (PS);
Fernando Nunes (PSD).

2. Ordem de Trabalhos

A Ordem de Trabalhos constante do edital foi dada como conhecida, nos seguintes termos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- Leitura e aprovação da acta da sessão anterior;
- Leitura do expediente e informações da mesa;
- Intervenções dos membros da Assembleia sobre assuntos gerais do interesse autárquico.

ORDEM DO DIA

- Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia relativa à actividade desenvolvida a partir de 11 de Abril;

- ii) Discussão sobre os cemitérios da Freguesia, designadamente limpeza, manutenção, acessos, organização do espaço, segurança e necessidades de intervenção;
- iii) Discussão sobre a prevenção de incêndios e preparação do período de Verão, designadamente limpeza de terrenos, caminhos, acessos, pontos de água e protecção da população, em articulação com as entidades competentes;
- iv) Discussão sobre açudes, fontes, lavadouros, moinhos e linhas de água, designadamente limpeza, conservação, segurança, acesso e valorização destes espaços;
- v) Discussão sobre a toponímia, placas, sinalética e identificação dos lugares da Freguesia;
- vi) Apresentação, discussão e eventual votação de recomendações, moções ou propostas apresentadas pelos membros da Assembleia de Freguesia;
- vii) Análise, discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia de Freguesia para o mandato de 2025-2029, ao abrigo do artigo 14.º da Lei n.º 75/2013;
- viii) Período de intervenção do público.

No decurso do período antes da ordem do dia, foi deliberada a reorganização da ordem do dia, com a antecipação do ponto vii) (Regimento) para primeiro lugar, conforme descrito no ponto 3.3.

3. Período antes da Ordem do Dia

3.1. Leitura e aprovação da acta da sessão anterior

O Senhor Presidente da Assembleia cedeu a palavra ao 1.º Secretário, Emanuel Gouveia Bento, para proceder à leitura da acta da Sessão Ordinária de 11 de Abril de 2026.

Decorridos cerca de trinta minutos de leitura, e atendendo à extensão do documento, bem como ao facto de a acta ter sido previamente enviada a todos os membros, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração dos membros a continuação da leitura. Manifestando-se todos os membros favoravelmente à sua suspensão, e não havendo lugar a votação, o Senhor Presidente da Assembleia interrompeu a leitura.

Aberto o período de intervenção sobre a acta, a membro Cristina Ferreira assinalou uma correcção a introduzir nas páginas 30 a 33, onde a forma verbal "interveio" deveria substituir "entreviu". Não havendo outras rectificações a propor, a acta, com a correcção introduzida, foi submetida a votação e aprovada por maioria, tendo-se registado a abstenção da membro Cristina Ferreira, por não ter estado presente na sessão a que a acta respeita.

DELIBERAÇÃO

Acta da sessão ordinária de 11 de Abril de 2026: aprovada por maioria, com 1 abstenção (Cristina Ferreira).

3.2. Leitura do expediente e informações da mesa

O Senhor Presidente da Assembleia deu nota de ter recebido um correio electrónico, remetido de forma anónima por uma cidadã, manifestando preocupação relativamente às gravações efectuadas pelo Senhor Secretário José Ferreira na sessão anterior.

O Senhor Presidente da Assembleia optou por não proceder à leitura integral da mensagem, por conter dados que entendeu deverem ser resguardados ao abrigo do Regulamento Geral de Protecção de Dados, tendo prestado o esclarecimento de que o Regimento prevê que a sessão seja gravada em áudio exclusivamente para efeitos de elaboração da acta, não estando prevista a realização de outro tipo de gravações por parte de membros da Assembleia, da Junta ou do público, devendo estas, a ocorrerem, ser comunicadas e aferidas em sessão.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia cedeu a palavra à Junta de Freguesia, que nada tinha a acrescentar.

Não havendo mais expediente a comunicar, passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

3.3. Intervenções dos membros sobre assuntos gerais do interesse autárquico

Aberto o período de inscrições, tomou a palavra a membro Sara Santos, que felicitou a Junta de Freguesia pela organização das Marchas Populares e pelo envolvimento comunitário que estas geraram na Freguesia, recordando que o grupo actuou nas Marchas Populares em Oliveira do Hospital e, em domingo posterior, na própria Freguesia, em Alvoco das Várzeas, e questionando igualmente os custos envolvidos.

A Senhora Presidente da Junta informou que os custos suportados pela Junta foram os seguintes: mil euros relativos aos fatos; quinhentos euros relativos à música; duzentos e cinquenta euros relativos à cabeleireira; e duzentos euros relativos à adaptação de roupa, num total de mil novecentos e cinquenta euros, não tendo existido quaisquer outros encargos além dos mencionados e da logística de deslocações, assegurada individualmente por cada participante.

Questionada novamente pela membro Sara Santos sobre se a actuação em Alvoco das Várzeas tinha tido custos associados, a Senhora Presidente da Junta respondeu negativamente, esclarecendo que nessa actuação, por exemplo, os penteados não foram feitos na cabeleireira. Acrescentou ainda que o Município atribui um subsídio às marchas participantes, tendo o mesmo sido de mil e oitocentos euros no ano transacto e estimando-se que ronde os dois mil euros no presente ano.

Na sequência desta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia questionou se o referido subsídio teria alguma alocação específica, tendo a Senhora Presidente da Junta respondido que não, não existindo normativo específico quanto à sua aplicação, podendo a Freguesia decidir livremente a sua utilização.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu nota de que a Junta de Freguesia e a Mesa da Assembleia de Freguesia haviam preparado, cada uma, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antero Gouveia Gonçalves.

A Senhora Presidente da Junta procedeu à leitura do voto de pesar da Junta de Freguesia, manifestando o mais profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antero Gouveia Gonçalves, figura reconhecida pelo seu empenho cívico, dedicação à causa pública e serviço prestado à comunidade ao longo da sua vida, com destaque para o seu percurso autárquico e o seu envolvimento associativo, social e comunitário, deixando um legado de proximidade, solidariedade e dedicação ao bem comum. A Junta prestou homenagem à sua memória e expressou condolências à família, aos amigos e a todos os que com ele privaram e trabalharam.

Antes de proceder à leitura do voto de pesar da Mesa da Assembleia de Freguesia, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à consideração dos membros da Assembleia a agregação e subscrição do mesmo por todos, tendo todos manifestado a sua concordância.

Procedeu então o Senhor Presidente da Assembleia à leitura do voto de pesar, em memória do Sr. Antero Gouveia Gonçalves, falecido aos oitenta e quatro anos, recordando o seu papel ao longo de décadas à frente do café da Sobreira, ponto de encontro e de construção de comunidade em Alvoco das Várzeas, bem como a sua participação activa na vida pública da Freguesia, tendo exercido funções autárquicas nos anos noventa e no início do século, e a sua ligação próxima ao movimento associativo local, designadamente ao CERCAV. O voto de pesar da Mesa propunha que a Assembleia deliberasse manifestar profundo pesar pelo falecimento, endereçar à família as mais sentidas condolências, guardar um minuto de silêncio em sua memória e fazer constar o presente voto em acta.

Submetida a votação a proposta da Junta de Freguesia, foi a mesma aprovada por unanimidade. Submetida a votação a proposta da Mesa da Assembleia, foi igualmente aprovada por unanimidade. Foi observado um minuto de silêncio em memória do Sr. Antero Gouveia Gonçalves.

DELIBERAÇÕES

Voto de pesar da Junta de Freguesia: aprovado por unanimidade.

Voto de pesar da Mesa da Assembleia de Freguesia: aprovado por unanimidade.

Prosseguindo os trabalhos, foi colocada a questão de saber se o ponto relativo ao Regimento geraria discussão alargada, tendo sido obtida resposta negativa. Nesse sentido, o Senhor Presidente da Assembleia propôs a alteração da ordem do dia, antecipando para primeiro lugar o ponto relativo à votação do Regimento. Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

DELIBERAÇÃO

Alteração da ordem do dia, com antecipação do ponto relativo ao Regimento: aprovada por unanimidade.

4. Ordem do dia

4.1. Análise, discussão e votação da proposta de Regimento da Assembleia de Freguesia

O Senhor Presidente da Assembleia enquadrou o ponto, referindo tratar-se já da quarta vez que a proposta de Regimento constava da ordem de trabalhos, resultado de um processo que considerou pedagógico, democrático, plural e didáctico na reflexão sobre as normas de funcionamento da Assembleia, com diferenciações relevantes face a regimentos anteriores. Destacou, entre as alterações introduzidas, a passagem da gravação áudio da sessão a ser disponibilizada publicamente, após edição técnica, em espaço digital próprio da Assembleia, bem como as adaptações formais decorrentes da actual redacção do Regime Jurídico das Autarquias Locais.

Ressalvou novamente a seriedade com que o trabalho foi desenvolvido e agradeceu de forma especial o contributo da Comissão de Acompanhamento, designadamente dos membros: Maria de Lurdes Correia, Luís Antero, Sara Santos e Sandra Silva.

Não havendo intervenções, foi submetida a votação a proposta de Regimento da Assembleia de Freguesia de Alvoco das Várzeas para o mandato de 2025-2029, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com a abstenção do membro Luís Pereira.

DELIBERAÇÃO

Regimento da Assembleia de Freguesia para o mandato 2025-2029: aprovado por maioria, com 1 abstenção (Luís Pereira).

4.2. Apreciação da informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia

Foi dada a palavra à Senhora Presidente da Junta, Cátia Alves, que procedeu à apresentação da informação relativa à actividade desenvolvida entre 11 de Abril e 27 de Junho de 2026.

Quanto à manutenção dos cemitérios e à limpeza das ruas e caminhos da Freguesia, a Senhora Presidente da Junta reconheceu constrangimentos, nomeadamente escassez de mão de obra, informando que, apesar das dificuldades, foi possível proceder à limpeza de parte das ruas e caminhos, não tendo sido possível abranger todos os locais com a frequência desejável, mantendo-se o compromisso de dar continuidade aos trabalhos.

No âmbito do expediente normal de funcionamento, foi dada nota do arranjo dos caminhos do Braçal, do Cornízio, da Tapada, do Vale d'Água, da Malhadinha e do Barroco dos Canos, encontrando-se este último com uma intervenção provisória até que o Município possa proceder a uma resolução definitiva. Relativamente à questão do médico de família, foi solicitada reunião com a Dra. Inês Rosendo, Directora da ULS Distrital de Coimbra, aguardando-se resposta. Foram realizados trabalhos de pintura e manutenção no Bar do Rio e nos balneários, encontrando-se em curso pedidos de orçamento para trabalhos de manutenção do espaço da horta e da casa mortuária, mantendo-se a preocupação com a escassez de pessoal.

A Junta esteve presente nas celebrações do Corpo de Deus, tendo colaborado com um donativo de 150 euros à Igreja para apoio à realização da festividade. Foi reforçado, por escrito, o pedido de intervenção urgente no assunto da Moenda, matéria que continua a preocupar o Executivo pelo seu estado de conservação e pelas potenciais consequências para a segurança e para o património local.

No dia 30 de Abril, teve lugar a abertura do Espaço Cidadão, com a subsequente transferência do posto de CTT para as mesmas instalações, no sentido de centralizar serviços e melhorar o atendimento à população. Na Assembleia Municipal de 30 de Abril, a Senhora Presidente da Junta alertou o Senhor Presidente da Câmara para a necessidade urgente de intervenção na ponte medieval, tendo este manifestado sensibilidade e confirmado tratar-se de uma das suas prioridades.

No dia 5 de Maio, teve início o curso de Português Língua de Acolhimento (PLA) em Alvoco das Várzeas, em parceria com a Eptoliva, destinado a promover a integração de cidadãos estrangeiros.

No dia 5 de Junho, a convite da CAULE, a Junta esteve presente numa acção de voluntariado promovida pela empresa Riportico, no AIGP Alva e Alvoco II, no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Ambiente, com sensibilização para espécies invasoras, nomeadamente o ailanto, e acções práticas de controlo destas espécies.

No dia 13 de Junho, o Executivo marcou presença na tradicional desmancha do porco, realizada no Parente. Alvoco das Várzeas participou nas Marchas Populares, realizadas no dia 13 de Junho em Oliveira do Hospital, e a Freguesia participa este ano na décima edição do Torneio Interfreguesias, cujo primeiro jogo se realizou no dia 20 de Junho. O Executivo esteve presente na Sardinhada da Associação Alvôco a Recordar, no dia 20 de Junho, e na Sardinhada da Liga dos Amigos de Alvoco das Várzeas, no dia 24 de Junho.

O Executivo solicitou à Protecção Civil e às entidades competentes a realização de inspecções, manutenção e testes das bocas de incêndio existentes na freguesia. Foi formalizado um pedido de reunião, na sequência de

contactos informais previamente estabelecidos com o Engenheiro responsável pela Protecção Civil e com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, com vista ao esclarecimento e à análise da eventual criação de uma unidade local de Protecção Civil. Foi ainda dada nota de uma intervenção de limpeza correspondente a 17 quilómetros e 87 metros de caminhos florestais. O Executivo continua a acompanhar, junto da MEO, a instalação da rede de fibra na freguesia. Procedeu-se ainda à reparação de diversos caminhos através do tapamento com alcatrão de buracos provocados pelas intempéries.

No que respeita à situação financeira, a Senhora Presidente da Junta informou que o saldo, reportado a 26 de Junho de 2026, era de 56 150,65 euros na Caixa Geral de Depósitos e de 7 646,98 euros na Caixa de Crédito Agrícola.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou, à semelhança do já pedido em sessões anteriores, que o documento com a informação da Junta de Freguesia passe a ser enviado aos membros da Assembleia com a antecedência legal devida, e não apenas lido em sessão, de modo a permitir uma discussão e uma análise mais fundamentadas e democráticas, assinalando tratar-se de um pedido que reitera.

No âmbito das informações prestadas, o Senhor Presidente da Assembleia, João Miguel Pais, questionou a forma como está a ser planeada a unidade local de Protecção Civil, designadamente se existe já um plano de execução e se a mesma assentará em infra-estruturas ou em meios humanos e técnicos. Questionou ainda se havia data prevista para as limpezas de caminhos ainda não concretizadas e pediu esclarecimento sobre quais os dezassete quilómetros de caminhos florestais mencionados.

A Senhora Presidente da Junta respondeu que as limpezas em falta decorrerão na semana seguinte, realizando-se as restantes dentro de cerca de quinze dias, em articulação com o Município e a Protecção Civil.

Quanto à unidade local de Protecção Civil, confirmou existirem até ao momento apenas contactos informais com o Senhor Presidente da Câmara, com o Engenheiro José Carlos e com o Comandante dos Bombeiros, bem como um pedido de reunião formalizado por correio electrónico. Referiu ser necessário reforçar os recursos humanos e convidou o Senhor Presidente da Assembleia a integrar a unidade em regime de voluntariado.

Quanto aos dezassete quilómetros, esclareceu tratar-se de caminhos já limpos em articulação com o Município, nomeadamente o Caminho da Malhadinha, do Vale d'Água, do Braçal, do Cornízio, da Vasteva e do Rio de Mel, no âmbito da prevenção de incêndios.

O Senhor Presidente da Assembleia agradeceu o convite para integrar a unidade local de Protecção Civil, declarando que aceitará o repto aquando da sua criação, até porque sempre foi um defensor da mesma. Questionou, contudo, sendo que se trataria de um grupo de voluntários, se haveria cobertura de seguro, tendo a Senhora Presidente da Junta informado que tal dependerá dos esclarecimentos a obter junto da Protecção Civil municipal, uma vez que os contactos informais mantidos não deram resposta a essa questão.

O Senhor Presidente da Assembleia questionou novamente, como em sessões anteriores, a distribuição de pelouros, tendo a Senhora Presidente da Junta reiterado a posição já manifestada de que o Executivo continuará a funcionar como equipa, sem distribuição formal de pelouros, ao contrário do que sucedeu em mandatos anteriores.

Por fim, o Senhor Presidente da Assembleia questionou o ponto de situação do regime de meio tempo na Junta de Freguesia, ou seja, do exercício de funções em regime de permanência a meio tempo, com a correspondente remuneração, ao qual pode ter direito um dos três membros do Executivo, recordando que, quando o

questionou pela última vez, nenhum dos eleitos o auferia. A Senhora Presidente da Junta respondeu encontrar-se actualmente a exercer funções nesse regime, nos termos legalmente previstos.

4.3. Discussão sobre os cemitérios da Freguesia

A Senhora Presidente da Junta sublinhou que a conservação dos cemitérios é da responsabilidade da Junta de Freguesia, e que o Executivo tem procurado assegurar a sua limpeza e manutenção, reconhecendo, no entanto, que os cemitérios não se encontram actualmente nas melhores condições, em resultado de constrangimentos de saúde verificados junto dos trabalhadores responsáveis por estas tarefas. Reafirmou o compromisso do Executivo em garantir as melhores condições possíveis e em equacionar soluções alternativas caso a situação se repita.

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a inclusão destes temas na ordem de trabalhos da Assembleia não representa qualquer disputa quanto à competência executiva da Junta, mas decorre da competência da Assembleia para acompanhar e discutir matérias de interesse para a freguesia, orientação discutida em sede de Comissão de Acompanhamento no sentido de tornar as Assembleias de Junho mais dinâmicas e participadas.

O Senhor Presidente da Assembleia colocou uma questão sobre os cemitérios da Freguesia, referindo que o cemitério antigo não se encontra em utilização, considerando importante que fosse prestado à população um esclarecimento sobre as razões desse facto, por poderem existir residentes sem conhecimento do mesmo. Salientou que o cemitério das Relvas, actualmente em funcionamento, se aproxima da sua lotação máxima, questionando quais as soluções que a Junta tem no imediato e a médio prazo para esta questão, recordando que o tema havia já sido abordado em sessões anteriores e que qualquer intervenção implicará sempre o apoio do Município de Oliveira do Hospital.

A Senhora Presidente da Junta informou que já foram contactados os proprietários dos terrenos contíguos ao cemitério, tendo ambos manifestado disponibilidade para a cedência de parte dos respectivos terrenos. O Dr. Paulo Carapuça, contactado no dia da Festa do Corpo de Deus, manifestou disponibilidade para ceder parte de uma das entradas do seu terreno, bem como a passagem para os pinhais situados acima, de modo a viabilizar um acesso directo. O Sr. Serafim, contactado durante a semana anterior à sessão, manifestou igual disponibilidade. Estes contactos resultaram de uma reunião prévia com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que se mostrou sensível à questão e garantiu o apoio do Município. A Senhora Presidente da Junta informou ainda que existem actualmente cerca de 23 campas disponíveis no cemitério, embora dispersas e não contínuas, número que tem vindo a aumentar com as exumações realizadas.

O Senhor Presidente da Assembleia sintetizou os passos seguintes identificados: decisão sobre o terreno a ceder; pedido de avaliação aos serviços municipais; definição do projecto de uso; e, posteriormente, abertura a concurso público ou comissão de avaliação para apuramento do valor. A Senhora Presidente da Junta confirmou a síntese.

4.4. Discussão sobre a prevenção de incêndios e preparação do período de Verão

O Senhor Presidente da Assembleia assinalou que esta matéria havia sido já abordada no âmbito da informação prestada pela Junta, nomeadamente quanto à unidade local de Protecção Civil e às limpezas de caminhos, não havendo questões adicionais por parte dos membros da Assembleia. Submetida a votação a passagem directa ao ponto seguinte, a mesma foi aprovada por unanimidade.

DELIBERAÇÃO

Passagem directa ao ponto seguinte: aprovada por unanimidade.

4.5. Discussão sobre açudes, fontes, lavadouros, moinhos e linhas de água

A Senhora Presidente da Junta afirmou que o Executivo se mantém atento e empenhado nesta matéria, informando que a requalificação do Açude da Moenda constitui prioridade para a Junta e para o Município, estando prevista uma intervenção nos próximos dias, em paralelo com a preparação de uma candidatura de requalificação mais abrangente. Quanto às fontes, reiterou que nem sempre é possível conciliar todas as sensibilidades, procurando-se sempre a preservação do património, a funcionalidade dos espaços e o interesse colectivo. Quanto à praia fluvial e ao Açude do Parente, esclareceu que a ausência de intervenções mais cedo decorre de condicionalismos relacionados com o caudal do rio e com os respectivos procedimentos legais e de segurança.

O Senhor Presidente da Assembleia questionou que tipo de intervenção estava prevista no Açude da Moenda para a semana em curso, e se havia informação sobre eventual candidatura ou portaria associada, mencionando ter tido conhecimento, através de contacto informal com o Vereador João Duarte, de uma verba na ordem dos 100 000 euros referida em reunião de Câmara para esta requalificação. Questionou ainda sobre o estado do Açude do Parente e sobre o custo das duas fontes recentemente intervencionadas.

A Senhora Presidente da Junta esclareceu que a primeira fase da intervenção na Moenda é da responsabilidade do Município e não da Junta de Freguesia, pelo que desconhece o seu teor, informando que a Engenheira Ana Nunes esteve no local na quinta-feira anterior, acompanhada de empreiteiros, para avaliar a forma de intervenção. Referiu que a Junta não dispunha de informação sobre a portaria de candidatura nem sobre o valor mencionado, e que o objectivo da intervenção é acomodar a situação actual e manter a estrutura conforme está, não sendo permitida pela Agência Portuguesa do Ambiente qualquer outra intervenção, estando prevista, numa segunda fase de candidatura, a criação de estrutura interna de reforço. Quanto ao Parente, informou que a intervenção ocorrerá numa segunda fase posterior ao Açude da Moenda. Quanto ao custo das fontes, esclareceu que o serviço foi contratado por ajuste directo, com um único empreiteiro responsável pelo fornecimento de material e execução de ambas as fontes em conjunto, não dispondo, naquele momento, dos valores orçamentado e executado, e comprometendo-se a fazê-los chegar dentro do prazo legal de trinta dias.

4.6. Discussão sobre a toponímia, placas, sinalética e identificação dos lugares da Freguesia

A Senhora Presidente da Junta começou por informar que esta matéria não constitui, neste momento, prioridade para o Executivo, tendo em conta que qualquer alteração da designação oficial de ruas ou lugares implica um procedimento administrativo complexo e a necessidade de actualização de documentos por parte dos residentes, com custos e transtornos associados, entendendo que os recursos disponíveis devem ser prioritariamente direccionados para áreas com maior impacto directo na qualidade de vida da população.

O Senhor Presidente da Assembleia reconheceu tratar-se de uma opção política legítima o facto de a matéria não constituir prioridade para o Executivo da Junta, recordando, porém, que em sessão anterior fora aprovado um Projecto de Recomendação sobre a revisão participada da toponímia. Sugeriu, nesse sentido, que pudesse ser desenvolvido um trabalho intermédio de discussão ao nível da Assembleia, incidindo sobre alterações de

designações e sobre situações concretas relativas a sinalética, de modo a que esse trabalho se encontrasse já adiantado quando a matéria viesse a constituir prioridade política e orçamental.

Acrescentou que, num processo anterior, nesta mesma Assembleia a designação Rua da Ponte Romana foi alterada para Rua da Ponte, e que o respectivo parecer seguiu para a Câmara Municipal e para a Comissão de Toponímia, sem que, até à presente data, pelo seu conhecimento, tenha sido obtida qualquer resposta.

A Senhora Presidente da Junta esclareceu que a aprovação de alterações toponímicas é da competência da Comissão de Toponímia do Município, cabendo ao Executivo da Junta apenas emitir parecer, e que a referida comissão pode aprovar autonomamente, sem necessidade de submissão à Assembleia de Freguesia.

4.7. Apresentação, discussão e votação de propostas de recomendação

O Senhor Presidente da Assembleia prestou um esclarecimento de natureza regimental, referindo que os projectos de recomendação, moções ou votos podem ser apresentados na própria sessão, sem necessidade de antecedência, não constituindo a sua apresentação tardia qualquer incumprimento regimental. Informou que, no caso presente, as propostas do Movimento Independente Unidos por Alvoco haviam sido enviadas cerca de meia hora antes do início da sessão, tendo a Mesa procedido ao seu reencaminhamento aos membros.

O membro Emanuel Gouveia Bento procedeu à leitura do **Projecto de Recomendação n.º 06/2026, relativo ao ATL de Verão para as crianças da Freguesia**.

PROJECTO DE RECOMENDAÇÃO N.º 06/2026

ATL de Verão para as crianças da Freguesia

Considerando que o período de férias escolares representa, para muitas famílias, uma dificuldade acrescida na conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal; considerando que a existência de actividades orientadas durante o Verão pode contribuir para a ocupação saudável das crianças, para o seu bem-estar e para o reforço da sua ligação à Freguesia; considerando que a Freguesia dispõe de associações, espaços, equipamentos e pessoas que, em articulação, poderão contribuir para uma resposta útil, simples e adaptada à realidade local; considerando que uma solução desta natureza não tem necessariamente de implicar uma estrutura pesada, podendo iniciar-se através de um projecto piloto, de duração limitada e ajustado aos meios existentes; considerando que a articulação entre a Junta de Freguesia, o Município, associações locais, escola/JI, IPSS, voluntários e famílias pode permitir encontrar uma resposta adequada às necessidades da comunidade; e considerando que apoiar as famílias e criar respostas para as crianças é também uma forma de valorizar a vida na Freguesia e combater o isolamento próprio dos territórios de baixa densidade:

O Movimento Independente Unidos por Alvoco propõe que a Assembleia de Freguesia delibere recomendar à Junta de Freguesia que:

1. Avalie a possibilidade de organizar, apoiar ou articular um ATL de Verão para as crianças da Freguesia durante o período de férias escolares;
2. Promova um levantamento junto das famílias para apurar o número de crianças potencialmente interessadas, idades abrangidas, horários necessários e principais dificuldades sentidas;
3. Contacte associações locais, escola/JI, IPSS, Município, voluntários e outras entidades que possam colaborar na organização de actividades;
4. Estude a possibilidade de criar um projecto piloto, de curta duração, ajustado aos recursos

humanos, logísticos e financeiros disponíveis;

5. Avalie a possibilidade de utilização de espaços existentes na Freguesia para a realização de actividades lúdicas, culturais, desportivas e educativas;
6. Garanta que qualquer solução a implementar respeita as condições necessárias de segurança, acompanhamento, responsabilidade e enquadramento das crianças;
7. Informe a Assembleia de Freguesia sobre a viabilidade da medida e sobre os passos que entenda desenvolver.

Mais se recomenda que a Junta de Freguesia apresente à Assembleia de Freguesia um ponto de situação sobre esta matéria nas próximas Assembleias.

Alvoco das Várzeas, 27 de Junho de 2026.

Não havendo intervenções, submetida a proposta à votação, a mesma foi aprovada, tendo-se registado a abstenção dos membros Cristina Ferreira e Luís Pereira.

DELIBERAÇÃO

Projecto de Recomendação n.º 06/2026 (ATL de Verão): aprovado por maioria, com 2 abstenções (Cristina Ferreira e Luís Pereira).

De seguida, o membro Emanuel Gouveia Bento procedeu à leitura dos **Projectos de Recomendação n.º 08/2026 e n.º 09/2026**, relativos à avaliação, conservação e valorização do Açude da Moenda e do Açude do Parente, respectivamente, tendo a Mesa proposto, atendendo à sua identidade de conteúdo, a sua apreciação e votação conjunta.

PROJECTO DE RECOMENDAÇÃO N.º 08/2026

Avaliação, conservação e valorização do Açude da Moenda

Considerando que o Açude da Moenda integra a memória colectiva, o património rural e a identidade da Freguesia de Alvoco das Várzeas; considerando que os açudes, linhas de água, moinhos e estruturas tradicionais associadas à água possuem valor ambiental, histórico, paisagístico e comunitário; considerando que o estado débil em que se encontra o Açude da Moenda deve merecer atenção, de modo a prevenir maior degradação e eventual perda de valor patrimonial; considerando que a preservação deste tipo de património pode contribuir para a valorização da Freguesia, para a fruição pública e para futuros projectos de natureza cultural, ambiental ou turística; considerando que qualquer intervenção em linhas de água ou estruturas associadas deve respeitar as competências legais, as autorizações necessárias e a articulação com as entidades competentes; e considerando que a valorização dos açudes e moinhos pode integrar uma estratégia mais ampla de preservação do património local e de promoção da Freguesia:

Propõe-se que a Junta de Freguesia:

1. Promova uma avaliação do estado actual do Açude da Moenda;
2. Identifique os riscos existentes e as necessidades de limpeza, conservação, segurança, acesso ou eventual intervenção estrutural;

3. Articule com o Município de Oliveira do Hospital e com as entidades competentes em matéria de linhas de água, recursos hídricos e património;
4. Avalie a possibilidade de realizar uma intervenção de conservação, estabilização ou beneficiação, dentro das competências e meios disponíveis;
5. Procure identificar eventuais programas, apoios ou candidaturas que possam financiar a recuperação e valorização deste património;
6. Avalie a colocação de sinalética informativa ou interpretativa, caso se justifique, valorizando a história e a função do açude;
7. Integre o Açude da Moenda numa estratégia mais ampla de valorização dos açudes, fontes, lavadouros, moinhos e linhas de água da Freguesia.

Mais se recomenda que a Junta de Freguesia informe a Assembleia de Freguesia sobre as conclusões da avaliação, as entidades contactadas e as diligências realizadas.

Alvoco das Várzeas, 27 de Junho de 2026.

PROJECTO DE RECOMENDAÇÃO N.º 09/2026

Avaliação, conservação e valorização do Açude do Parente

Considerando que o Açude do Parente constitui um elemento relevante do património natural, rural e comunitário da Freguesia; considerando que a degradação de açudes e estruturas associadas às linhas de água pode representar riscos para a segurança, para a conservação ambiental e para a preservação da memória local; considerando que a Freguesia deve procurar preservar os seus elementos patrimoniais, especialmente aqueles ligados à água, aos moinhos, à agricultura e à vida tradicional da comunidade; considerando que o estado débil do Açude do Parente justifica um levantamento cuidado e uma resposta planeada; considerando que qualquer intervenção deve ser feita com respeito pelas competências próprias da Junta, pelo Município e pelas entidades legalmente competentes; e considerando que a recuperação e valorização destes espaços pode contribuir para reforçar a identidade da Freguesia e para criar melhores condições de fruição, visitação e memória comunitária:

Propõe-se que a Junta de Freguesia:

1. Proceda ao levantamento do estado actual do Açude do Parente;
2. Identifique necessidades de limpeza, conservação, segurança, acesso ou eventual intervenção estrutural;
3. Articule com o Município de Oliveira do Hospital e com as entidades competentes em matéria de recursos hídricos, linhas de água e património;
4. Avalie a possibilidade de promover uma intervenção de conservação, recuperação ou valorização do açude;
5. Procure identificar programas, apoios ou candidaturas que possam contribuir para a recuperação do espaço;
6. Avalie a ligação do Açude do Parente a percursos, elementos patrimoniais ou roteiros locais já existentes ou a criar;

7. Integre o Açude do Parente numa estratégia mais ampla de valorização dos açudes, fontes, lavadouros, moinhos e linhas de água da Freguesia.

Mais se recomenda que a Junta de Freguesia informe a Assembleia de Freguesia sobre as diligências efectuadas, os constrangimentos identificados e as soluções possíveis.

Alvoco das Várzeas, 27 de Junho de 2026.

Submetidas as propostas à votação, as mesmas foram aprovadas por maioria, tendo-se registado a abstenção da membro Cristina Ferreira.

DELIBERAÇÃO

Projectos de Recomendação n.º 08/2026 (Açude da Moenda) e n.º 09/2026 (Açude do Parente): aprovados por maioria, com 1 abstenção (Cristina Ferreira).

5. Período de Intervenção do Público

5.1. Intervenção de Vera Rodrigues

Interveio em primeiro lugar a cidadã Vera Rodrigues, que se deslocou à sessão especificamente para abordar a questão do Açude da Moenda. Referiu que, tendo a Senhora Presidente da Junta mencionado que o assunto está nas mãos do Município, a sua preocupação é que, caso o Município decida demolir o Açude, será essa entidade a decidir sem que haja opinião da população e sem que a Junta interfira. Questionou como é possível haver autorização para intervir na ponte e não haver para intervir no Açude da Moenda, reconhecendo que o Açude não é da responsabilidade da Junta e que ninguém tem culpa do que a natureza provoca, mas salientando que a intervenção necessária, ao longo dos anos, era apenas de limpeza e que quando o Açude precisaria de uma intervenção mais profunda para reforço da estrutura na base, essa não aconteceu. Questionou igualmente o estado das limpezas pendentes e se o jardim de infância já havia encerrado para as férias de Verão sem que qualquer intervenção tivesse ocorrido, referindo não ver nenhuma presença da Junta de Freguesia naquele local. Felicitou a Junta pela participação nas Marchas Populares, referindo que houve um grupo da Freguesia presente a apoiar e que gostaram muito, tendo notado que faltou convidar mais pessoas, acrescentando que já havia falado com o Executivo sobre o assunto e que gostaria de ter visto o jardim de infância a participar. Relativamente ao ATL, considerou que o assunto ficou por ali, manifestando a percepção de que a Junta está à espera que sejam os cidadãos a trazer soluções, quando deveria haver mais interesse e iniciativa da parte do Executivo.

A Senhora Presidente da Junta agradeceu à cidadã Vera Rodrigues as questões colocadas. Quanto ao Açude da Moenda, referiu já ter respondido anteriormente e reiterou que ninguém irá destruir nem demolir nada, sendo desejo de todos os alvocenses que o Açude se mantenha. A intervenção que está prevista será de reforço da infra-estrutura, exactamente como está, uma vez que a Agência Portuguesa do Ambiente não autoriza qualquer outra tipologia de intervenção. Numa segunda fase, através de candidatura, está prevista a criação de estrutura interna de reforço para manter o Açude fixo e evitar a sua perda. Quanto às limpezas pendentes, nomeadamente na área da escola, referiu que as dificuldades se devem a problemas de saúde dos trabalhadores envolvidos, existindo planeamento para a sua concretização, dando como exemplo que o terreno da Olga será limpo na segunda-feira. Quanto às Marchas Populares, agradeceu o reconhecimento,

esclarecendo que não existiram convites directos, tendo sido feito um anúncio público e participado quem quis, manifestando grande emoção pelo espírito de união demonstrado. Comprometeu-se a confirmar junto dos responsáveis do evento se é possível incluir crianças nas marchas de adultos. Quanto ao ATL, informou que a Junta disponibilizou apoio financeiro a uma proposta apresentada pelo Município, condicionado à indicação do número de crianças e do período necessário, dados que não chegaram ao Executivo, tendo constatado a existência de números diferentes a circular entre entidades distintas. Concluiu apelando a que as questões sejam resolvidas internamente e em diálogo directo, considerando que qualquer mensagem negativa que saia para o exterior afasta pessoas de Alvoco das Várzeas.

Neste momento, a cidadã Vera Rodrigues procurou intervir em resposta, tendo o Senhor Presidente da Assembleia recordado que o período de intervenção do público não permite diálogo directo entre o público e o Executivo. Deixou duas notas: que as intervenções devem cingir-se ao tema, e que existe um horário semanal de atendimento na Junta de Freguesia para questões concretas. A título excepcional, e atendendo ao pedido expresso da Senhora Presidente da Junta de obter o ponto de situação sobre o ATL, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu a palavra à cidadã Vera Rodrigues. Esta esclareceu não ter fornecido o número de crianças porque o Município, através da Escola da Ponte das Três Entradas, comunicou que o programa não se realizaria por não existirem as 15 crianças por semana exigidas ao longo dos dois meses e meio de Verão.

5.2. Intervenção de Olga Pais

Interveio em segundo lugar a cidadã Olga Pais, que questionou a razão pela qual o horário de funcionamento da Junta de Freguesia não se encontra afixado junto ao Espaço Cidadão, onde constam apenas os contactos, considerando que qualquer pessoa que passe pelo local deveria poder consultá-lo sem ter de o procurar digitalmente. Esclareceu ainda, para registo, que o terreno referido em sessões anteriores pertence à Junta de Freguesia e não à própria. Manifestou preocupação com o estado das escadas e jardins da Junta, completamente tomados por silvas, considerando inaceitável o estado em que se encontram para quem visita a freguesia. Referiu ter já esclarecido directamente com a Senhora Presidente da Junta um mal-entendido relativo a uma questão colocada na Assembleia anterior, dando o assunto por encerrado entre as partes.

A Senhora Presidente da Junta confirmou a titularidade do terreno como pertencente à Junta, reconheceu o estado das escadas e dos jardins, justificando-o com os constrangimentos de saúde já mencionados, e comprometeu-se a regularizar a afixação do horário de funcionamento junto ao Espaço Cidadão.

5.3. Intervenção de Ana Paula Coelho

Interveio em terceiro lugar a cidadã Ana Paula Coelho, que trouxe a questão da limpeza de terrenos particulares, referindo que o Município publicou um comunicado a relembrar a obrigatoriedade de limpeza dos terrenos até ao final do mês. Questionou se a Junta de Freguesia tem tido um papel activo nesta matéria, nomeadamente através de contactos, sensibilização ou aplicação de coimas junto de proprietários incumpridores. Referiu existirem terrenos com aspecto de abandono prolongado, designadamente no interior da localidade. Manifestou igualmente desconhecimento sobre a existência de um plano de emergência, considerando que o mesmo deveria ser divulgado, dado o período crítico em que nos encontramos. Questionou ainda se a Junta teve algum papel activo junto dos proprietários de terrenos que apresentam risco.

A Senhora Presidente da Junta confirmou que foram feitos contactos junto de vários proprietários, não de todos, com resultados positivos em parte dos casos. Reconheceu que se trata de um trabalho que compete à Junta e que continuará a ser desenvolvido. Referiu que, caso algum proprietário concreto fosse identificado, estaria disponível para agir, mas que uma actuação indiscriminada e pública não lhe parecia adequada.

5.4. Intervenção de Mário Quaresma

Interveio em quarto lugar o cidadão Mário Quaresma, que apresentou três situações concretas. Em primeiro lugar, o estado da calçada na Rua da Capela, que se encontra aberta e em mau estado, representando um perigo para quem passa, recordando que o seu pai já sofreu uma queda naquele local. Em segundo lugar, o estado de abandono do parque infantil da Amoreira. Em terceiro lugar, a tampa da fonte da Capela, que necessita de ser substituída.

A Senhora Presidente da Junta reconheceu todas as situações. Quanto à Rua da Capela, referiu estar a negociar uma intervenção que implica custos elevados, mas que é reconhecidamente necessária. Quanto ao parque infantil, confirmou a necessidade de reparação. Quanto à tampa da fonte da Capela, comprometeu-se a verificar e resolver a situação.

5.5. Intervenção de António Fontes

Interveio em quinto lugar o cidadão António Fontes, que começou por cumprimentar o Senhor Presidente da Assembleia e os presentes, felicitando os responsáveis pela inteligência e humildade demonstradas. Referiu não ter estado presente nas Marchas Populares, mas ter sido informado sobre as mesmas, deixando os seus parabéns pela iniciativa. Recordou que outras questões já aqui tinham sido levantadas, mas destacou o respeito prestado ao Sr. Antero Gonçalves.

Numa intervenção de cariz histórico, recordou o contributo de várias pessoas que nas décadas de 70 e 80 vieram para Alvoco das Várzeas e ajudaram a comunidade a crescer. Mencionou o Sr. Vítor Fontes, que estava em Coimbra e veio para Alvoco, tendo trazido consigo o Sr. António Marques. Referiu igualmente o Sr. José Ramiro, o Sr. José Brito, que estava em Lisboa, e o Sr. Luís Calado e a esposa Lucinda Calado. Estas presenças criaram postos de trabalho e fizeram Alvoco crescer. Assinalou ainda a presença de pessoas na sala que vieram para Alvoco e aqui ficaram, nomeadamente a Sra. Dália e o marido, o Sr. Mário e a esposa, a Sra. Ana Paula Coelho. Defendeu que o único caminho viável de desenvolvimento para Alvoco das Várzeas é o turismo, sendo o Açude da Moenda um elemento turístico de grande valor que importa promover e preservar. Referiu igualmente a situação da Praia Fluvial, nomeadamente a acumulação de areia a montante que afecta as condições do espaço. Manifestou satisfação com algumas respostas obtidas na sessão, considerou que a democracia está a funcionar, incluindo na questão da segurança hídrica, e apelou à continuidade do diálogo sem radicalismos.

A Senhora Presidente da Junta agradeceu ao cidadão António Fontes a partilha das suas memórias, das suas palavras sábias e da perspectiva que trouxe à sessão, considerando-o um orgulho da Freguesia.

5.6. Intervenção de Isabel André

Interveio em sexto lugar a cidadã Isabel André. Relativamente ao Açude da Moenda, manifestou pesar pela alteração que a estrutura sofreu numa intervenção anterior, considerando que foi um erro, e apelando a que não se deixe degradar o que resta. Solicitou à Junta atenção para dois cruzeiros existentes na Freguesia: um junto à ponte, que constitui um memorial histórico de grande valor patrimonial pouco conhecido pela generalidade da população, que se encontra abandonado e sem dignidade; e outro no centro da povoação, igualmente em estado de abandono. Apelou à limpeza e valorização do ribeiro que atravessa o centro da localidade, considerando triste que um elemento de tanta beleza potencial se encontre naquele estado. Manifestou grande entusiasmo com as Marchas Populares, considerando-as espectaculares e uma demonstração clara de que Alvoco das Várzeas é capaz quando as pessoas se unem. Recordou com saudade

que antigamente havia festas e bailes todos os domingos, com uma comunidade unida e animada. Partindo dessa memória, lamentou que hoje a realidade seja outra, identificando o individualismo e a separação como traços dominantes na Freguesia, ilustrados pela multiplicação de sardinhadas organizadas em separado pelos diferentes grupos, quando, na sua opinião, todos se deveriam juntar numa única iniciativa em nome de Alvoco das Várzeas.

A Senhora Presidente da Junta agradeceu publicamente à cidadã Isabel André a colaboração contínua e o facto de não só apontar situações mas de também ajudar concretamente, mencionando o trabalho conjunto no canteiro do cemitério velho. Confirmou que tanto os cruzeiros como o ribeiro foram já abordados em reunião de Executivo, com o compromisso de intervir e dignificar esses espaços, extensivo ao Ponto dos Namorados.

5.7. Intervenção de Mário Madeira

Interveio em sétimo e último lugar o cidadão Mário Madeira, que informou ter residido em Lisboa e ter regressado a Alvoco das Várzeas, onde mora actualmente. Referiu que já lhe foi dito por alguém que não era daqui, pelo que considera não ter de usar qualquer bandeira. Expôs uma situação pessoal relativa à inexistência de ligação ao saneamento na sua habitação, sita na Avenida da Sobreira, n.º 49, situação que se prolonga há cerca de três meses e que o impede de utilizar a máquina de lavar e outros equipamentos domésticos. Alertou que quem passar naquela rua poderá ver as consequências desta situação, pedindo que não o critiquem por isso. Manifestou frustração com a morosidade do processo, afirmando que sempre respeitou as leis e que assim continuará a fazer, mas que a situação não pode continuar indefinidamente.

A Senhora Presidente da Junta respondeu de forma circunstanciada, reconhecendo tratar-se de uma situação grave e sensível, agravada pelas condições de saúde da esposa do cidadão. Detalhou as diligências realizadas junto das Águas da Serra da Estrela e das Infraestruturas de Portugal, incluindo contacto directo com o Engenheiro Nuno Gama. Relatou ter descoberto, após contacto pessoal com o Engenheiro Rui Pina das Águas da Serra da Estrela, que o processo havia estado parado por falta de um requerimento assinado pelo proprietário, documento que, segundo informação anteriormente prestada à Junta e ao próprio cidadão, já teria sido entregue. O Engenheiro, confrontado com esta situação, confirmou que o documento não havia chegado e comprometeu-se a dar andamento imediato ao processo. A Senhora Presidente da Junta admitiu não ter tido coragem de comunicar esta situação ao cidadão antes da sessão, por ter ficado ela própria indignada com a resposta obtida nos serviços, e comprometeu-se a contactar o Engenheiro na segunda-feira seguinte para verificar o estado do processo. Agradeceu ao cidadão a coragem de expor publicamente uma situação de natureza tão pessoal e apelou à solidariedade de quem possa ter contactos junto das entidades responsáveis para ajudar a acelerar a resolução.

6. Encerramento

Concluído o debate sobre este ponto, e quando o Senhor Presidente da Assembleia se preparava para dar início ao encerramento da sessão, a Senhora Presidente da Junta solicitou novamente o uso da palavra. Apresentou desculpas por se ter emocionado durante a intervenção anterior, explicando que estas matérias a sensibilizam de forma particular. Reforçou, por fim, a importância da união em torno de Alvoco das Várzeas e dos seus projectos, afirmando ser esse o espírito que deve orientar o trabalho de todos.

Encerrado, assim, o período de intervenção do público, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu os contributos apresentados. De seguida deu nota de que, a partir da sessão ordinária de Dezembro de 2026, o planeamento das datas das sessões ordinárias do ano seguinte passará a ser definido antecipadamente, em

conjunto com os membros da Assembleia, modelo a aplicar pela primeira vez nesta Freguesia. Justificou a opção referindo que, não obstante a marcação das sessões constituir competência legal da Mesa, têm sido suscitadas em praticamente todas as sessões observações quanto às datas, pelo que entende preferível que o calendário fique previamente concertado com todos. Manifestou desde já a sua disponibilidade para conduzir esse exercício, ficando acordado que a Mesa apresentará na sessão ordinária de Dezembro uma proposta de calendário anual das sessões ordinárias, a concertar em plenário com os membros da Assembleia.

Felicitou, seguidamente, todos os envolvidos na organização e execução das Marchas Populares, valorizando a iniciativa enquanto construção de laços e afirmação de uma dinâmica colectiva na comunidade, com expressão na representação externa da Freguesia e na demonstração das competências que nela existem.

Deixou, por fim, um apelo à reflexão sobre a importância de cuidar da forma como se fala dos outros na comunidade. Sublinhou, nesse sentido, que a união, mais do que dizer-se, faz-se, e que precisa de ser vivida e sentida todos os dias, mais do que proclamada por palavras, pela primazia do exemplo. Acrescentou que essa construção começa na relação que cada um estabelece com os outros e no cuidado de pensar antes de falar uns dos outros, sendo essa a única via para uma verdadeira construção comunitária e para que todos remem no mesmo sentido, e não no contrário. Reforçou, nesse apelo, o papel que cabe à Assembleia de Freguesia enquanto espaço de exemplo e de responsabilidade nessa construção.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia informou que a próxima sessão ordinária da Assembleia de Freguesia terá lugar em Setembro, com convocatória a remeter oportunamente, e declarou encerrada a sessão pelas 19 horas e 31 minutos.

Quadro-síntese das deliberações

PONTO	OBJECTO	RESULTADO
3.1.	Acta da sessão ordinária de 11 de Abril de 2026	Aprovada por maioria, 1 abstenção (Cristina Ferreira)
3.3.	Voto de pesar da Junta de Freguesia	Aprovado por unanimidade
3.3.	Voto de pesar da Mesa da Assembleia de Freguesia	Aprovado por unanimidade
3.3.	Alteração da ordem do dia, com antecipação do ponto relativo ao Regimento	Aprovada por unanimidade
4.1.	Regimento da Assembleia de Freguesia para o mandato 2025-2029	Aprovado por maioria, 1 abstenção (Luís Pereira)
4.4.	Passagem directa ao ponto seguinte	Aprovada por unanimidade
4.7.	Projecto de Recomendação n.º 06/2026 (ATL de Verão)	Aprovado por maioria, 2 abstenções (Cristina Ferreira e Luís Pereira)
4.7.	Projectos de Recomendação n.º 08/2026 (Açude da Moenda) e n.º 09/2026 (Açude do Parente)	Aprovados por maioria, 1 abstenção (Cristina Ferreira)

Lavrou-se a presente acta, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa.

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA

O 1.º SECRETÁRIO

A 2.ª SECRETÁRIA

João Miguel Pais

Emanuel Gouveia Bento

Sandra Silva